



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181209 - MG (2021/0223460-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
SUSCITANTE : ALEXANDRE COSTA PEDROSA
ADVOGADOS : ANA AMELIA FERREIRA MORAIS CALDEIRA - MG174617
DIEGO DIMAS BASILIO DE ALMEIDA - MG173095
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA EMPRESARIAL DE BELO
HORIZONTE - MG
SUSCITADO : JUÍZO DA 10ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE -
MG
INTERES. : JOSE CARLOS PIMENTA
ADVOGADOS : HUMBERTO DIAS REIS - MG064749
GERALDO DE FREITAS MOURÃO JÚNIOR - MG112903

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por ALEXANDRE COSTA PEDROSA, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª. VARA EMPRESARIAL DE BELO HORIZONTE (MG) e o JUÍZO DA 10ª. VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE (MG).

Foi decretada a falência da empresa Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. (All Saúde) em 28/2/2018, com a suspensão de todas as ações e execuções movidas contra si (fls. 91/97).

Aduz o suscitante que no referido processo de falência em curso no juízo de direito ora suscitado, foi proferida decisão liminar no Incidente de Extensão dos Efeitos da Falência, autos n. 0024.17.003.928-3, determinando o bloqueio de seus bens, em 11/7/2017, após reconhecer a probabilidade de ocorrência de desvio patrimonial.

Afirma, ainda, que o Juízo trabalhista ora suscitado determinou a penhora de imóvel de sua propriedade, com designação de leilão para o dia 21/7/2021, indeferindo, inclusive, pedido de suspensão dos atos de constrição, a despeito de tomar conhecimento de que o referido bem deverá ser utilizado para pagamento dos credores no âmbito da falência n. 5113435-59.2017.8.13.0024 (fl. 5).

Defende a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre o seu patrimônio e autorizar o pagamento de créditos inegavelmente concursais.

Postula, a concessão de liminar, para que seja "suspensa a decisão proferida pela MMª. Juíza do Trabalho da 10ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, nos autos

n. 0010875-34.2016.5.03.0010, que determinou a realização de leilão para o dia 21/07/2021, do imóvel constituído pela casa situada na Rua Salomão de Vasconcelos, n. 20, Bairro Mangabeiras, Belo Horizonte/MG, Lote n. 10 (dez) da quadra n. 12 (doze), registrada no Cartório do 02º. Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, sob a matrícula 13.089." (fl. 17).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial sob a égide do Decreto-Lei n 7.661/45 ou da Lei n. 11.101/2005 ou quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das citadas empresas devem ser realizados pelo juízo universal.

O art. 6º, incisos II e III, da Lei n. 11.101/2005, com a redação dada pela Lei n. 14.112/2020, reforça esse entendimento, porquanto determina que a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica a suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência, bem como a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

Por outro lado, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "os bens dos sócios e dos coobrigados solidários das sociedades recuperandas/falidas estão sob a tutela do juízo universal quando há determinação expressa nesse sentido." (AgInt no CC 164.903/PR, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 5/5/2020, DJe de 12/5/2020).

No presente caso, às fls. 98-103, verifica-se que o Juízo da falência, em deferimento de tutela de urgência, estendeu seus efeitos aos bens do sócio ora suscitante, nos seguintes termos:

MASSAS FALIDAS DE FAX SAÚDE LTDA. E MED PLUS SAÚDE LTDA., representadas pelo Administrador Judicial, Dr. Sérgio Mourão Corrêa Lima, ajuizou a presente AÇÃO DE RESPONSABILIDADE C/C TUTELA DE URGÊNCIA em face de MEDGOLD ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. E OUTROS, todos qualificados, em que pleiteou, em sede de tutela provisória de urgência, a desconsideração da personalidade jurídica e a extensão dos efeitos da falência às pessoas físicas e jurídicas rés, bem como a indisponibilidade de todos os bens dos réus.

[...]

É o relatório. Delibero.

[...]

No presente caso, o Administrador Judicial, por meio dos diversos documentos anexados com a inicial, demonstrou, em tese, ser grande a possibilidade de ocorrência de desvio patrimonial das falidas MED PLUS e PAX SAÚDE para a sociedade ALL SAÚDE, e também por

meio de constituição de novas sociedades, que sucederiam a ALL SAÚDE, quais sejam: MED GOLD ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., MEDGOLD CLÍNICA MÉDICA LTDA., MEDGOLD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA., ALL CARD CARTÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI; LABORALL ANÁLISES CLÍNICAS LTDA., ALL SAÚDE CLÍNICA LTDA., ALL SAÚDE HOSPITALAR LTDA., REALL PAX ASSISTENCIAL LTDA., REALL MAX REPRESENTAÇÕES EIRELI, FUNERÁRIA SANTA EFIGÊNIA LTDA., SIMINONI EMPREENDIMENTOS DE BELEZA LTDA. E RC COBRANÇAS LTDA.

Demonstrou, também, que referidas sociedades possuem o quadro societário constituído pelas pessoas físicas que integram o polo passivo, sendo estas: KAMILA SIMIONI, MICHEL SIMIONI, YAMANI SIMIONI, ANNA CLARA SIMIONI, **ALEXANDRE COSTA PEDROSA**, CLÁUDIA OLIVEIRA PEDROSA, MAX MACHADO, ALESSANDRA TEIXEIRA e JULIANA BARBOSA DE PALUA ALVES.

Portanto, restou evidenciado em tese, ainda que em uma primeira e superficial análise, a ocorrência de abuso de personalidade jurídica, confusão patrimonial e grupo econômico de fato, de forma a trazer prejuízo aos credores da Massa Falida, devendo, portanto, ser acolhido o pedido para determinar, liminarmente, a indisponibilidade dos bens e direitos dos réus, até o valor do passivo a descoberto.

[...]

1- Pelas razões expostas, DEFIRO o pedido de tutela de urgência para estender os efeitos das falências de PAX SAÚDE LTDA. E MED PLUS SAÚDE LTDA. para as sociedades rés, acima identificadas. Por conseguinte, determino a desconsideração da personalidade jurídica para que sejam atingidos os patrimônios pessoas das pessoas físicas e jurídicas rés desta ação, até o valor do passivo a descoberto - R\$68.768.252,87. (fls. 98-101).

Verifica-se, portanto, a presença do *fumus boni iuris* relativo ao pedido de suspensão da execução movida contra o ora suscitante,

O *periculum in mora*, por sua vez, está demonstrado por meio da decisão do Juízo trabalhista ora suscitado, que determinou o prosseguimento da execução contra o patrimônio do suscitante, com determinação de penhora e designação de leilão de imóvel de sua propriedade para 21/7/2021 (fls. 51-59, 60-61, 62, 107-108 e 111), havendo o risco de levantamento de valores que, *prima facie*, devem estar sujeitos ao processo de recuperação judicial.

Ante o exposto, defiro parcialmente o pedido de liminar apenas para determinar que eventuais valores arrecadados com a realização do leilão público nos autos da execução trabalhista n. 0010875-34.2016.5.03.0010 em curso no Juízo da 10a. Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG), sejam bloqueados, impedindo-se qualquer levantamento até ulterior deliberação do Ministro Relator.

Designo, o Juízo de Direito da 2ª Vara Empresarial de Belo Horizonte (MG) a para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Comunique-se com urgência aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias, nos termos do art. 197 do RISTJ.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente